



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

ESCRITA SEM MEDO: O ATIVISMO TRANSATLÂNTICO DE VIRGÍNIA QUARESMA

[A FEARLESS VOICE: THE TRANSLATIC ACTIVISM OF VIRGÍNIA
QUARESMA]

Projeto de Graduação

1º Ciclo de Estudos, Ciência Política e Relações Internacionais

Victória Yeryomenko

Orientadora: Prof.^a Doutora Teresa Maria Leal de Assunção Martinho Toldy

ESCRITA SEM MEDO: O ATIVISMO TRANSATLÂNTICO DE VIRGÍNIA QUARESMA

[A FEARLESS VOICE: THE TRANSLATIC ACTIVISM OF VIRGÍNIA
QUARESMA]

Projeto de Graduação

1º Ciclo de Estudos, Ciência Política e Relações Internacionais

Victória Yeryomenko

Orientadora: Prof.^a Doutora Teresa Maria Leal de Assunção Martinho Toldy

ESCRITA SEM MEDO: O ATIVISMO TRANSATLÂNTICO DE VIRGÍNIA QUARESMA

Victória Yeryomenko

Projeto de graduação apresentado à
Universidade Fernando Pessoa como
parte dos requisitos para obtenção do
grau de Licenciatura em Ciência
Política e Relações Internacionais,
sob orientação da Professora Doutora
Teresa Maria Leal de Assunção
Martinho Toldy.

Agradecimentos

Com o término destes três anos, percebo que “gratidão” é a palavra que melhor define o meu percurso académico. Esta vitória é o resultado de uma enorme resiliência, que hoje reconheço com muito orgulho.

Em primeiro lugar, expresso a minha profunda gratidão à minha Professora Doutora orientadora, Teresa Toldy, pela orientação dedicada neste Projeto Final de Graduação. Agradeço a sua paciência infinita, o apoio constante e a sensibilidade de não me deixar desistir deste projeto, proporcionando-me a melhor orientação para que tudo ficasse e acabasse bem.

À Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, agradeço por ter sido a "casa" que me acolheu ao longo de toda esta caminhada, e ao curso de Ciência Política e Relações Internacionais pelas inúmeras oportunidades que impulsionaram o meu crescimento profissional, intelectual e pessoal. Aos restantes professores, deixo o meu reconhecimento pela constante disponibilidade e pelo empenho em garantir um ensino de qualidade.

À minha mãe, à minha irmã, à minha sobrinha, ao meu pai e ao meu gato, que foram a constante mais bonita desta jornada, o cenário de fundo onde todas as minhas vitórias ganharam sentido. Foram o apoio incondicional, os abraços, a companhia silenciosa, as palavras certas e os puxões de orelhas fundamentais para que eu pudesse concluir este ciclo com um sentimento imenso de realização.

Aos amigos que a faculdade me deu e que, hoje, são muito mais do que “colegas de curso”. Obrigado por terem sido porto e abrigo na correria dos dias, por partilharem comigo as angústias dos testes, trabalhos e o alívio de cada etapa superada. Foram quem estive lá nos momentos de maior vulnerabilidade e cansaço, transformando a exigência académica em memórias de cumplicidade. Mais do que parceiros de momentos engraçados e exames, tornaram-se a prova viva de que as amizades nascidas na universidade são laços inquebráveis, essenciais para resistir e sobreviver a qualquer tempestade.

Fora dos muros da universidade, a todos os amigos que compõem a minha rede de apoio essencial. Agradeço aos que, mesmo à distância, se mantiveram sempre perto com palavras de incentivo; aos companheiros de treino, com quem partilhei a exigência e a disciplina dos dias; e aos amigos de sempre, que souberam acolher os meus silêncios. Obrigado por me ouvirem quando o cansaço apertava e por estarem presentes quando mais precisei.

Por fim, por toda a persistência, resiliência e esforço demonstrados ao longo destes três anos, dedico este trabalho a mim própria. Olho para trás e percebo que cada noite em claro e cada desafio superado valeram o crescimento, porque, no fim de tudo, "tudo vale a pena quando a alma não é pequena".

Resumo

A trajetória de Virgínia Quaresma evidencia os desafios e as possibilidades de participação feminina no espaço público luso-brasileiro durante as primeiras décadas do século XX. Num contexto marcado por profundas desigualdades de gênero e por fortes limitações à presença das mulheres na vida política, social e profissional, destacou-se pelo pioneirismo jornalístico, pela intervenção cívica e pela construção de um percurso transnacional entre Portugal e Brasil.

Neste âmbito, o principal objetivo deste projeto consiste em analisar a trajetória biográfica, profissional e ativista da jornalista, procurando compreender de que forma a sua experiência transatlântica influenciou o seu percurso e contribuiu para a afirmação de posições progressistas num período dominado por valores conservadores. Pretende-se igualmente identificar os constrangimentos sociais, políticos e culturais que marcaram a sua vivência, bem como avaliar a relevância da sua atuação no contexto da evolução dos direitos das mulheres em Portugal e no Brasil.

Partindo do conceito de interseccionalidade, o estudo procura compreender de que modo diferentes fatores de diferenciação social influenciaram a sua experiência enquanto mulher, jornalista e figura pública. Simultaneamente, é analisado o contexto histórico em que desenvolveu a sua atividade, marcado pelas reivindicações em torno do sufrágio feminino, pelas transformações políticas ocorridas em Portugal e no Brasil e pelas limitações impostas à participação das mulheres na esfera pública.

A análise realizada evidencia a importância de Virgínia Quaresma enquanto jornalista, ativista e figura pública. O seu percurso entre Portugal e Brasil, aliado à defesa dos direitos das mulheres e à sua intervenção na imprensa, permitiu-lhe afirmar-se num contexto em que a participação feminina permanecia fortemente condicionada. Neste sentido, a sua trajetória constitui um exemplo relevante para compreender os desafios enfrentados pelas mulheres que procuraram conquistar espaço e visibilidade numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais e de gênero.

Palavras-chave: Virgínia Quaresma; Ativismo Transatlântico; Interseccionalidade; Feminismo; Sufrágio Feminino;

Abstract

Virgínia Quaresma's trajectory highlights both the challenges and the possibilities of women's participation in the Portuguese-Brazilian public sphere during the first decades of the twentieth century. In a context marked by profound gender inequalities and significant limitations on women's presence in political, social and professional life, she distinguished herself through her pioneering role in journalism, her civic engagement and the development of a transnational career between Portugal and Brazil.

In this context, the main objective of this project is to analyse the journalist's biographical, professional and activist trajectory, seeking to understand how her transatlantic experience influenced her path and contributed to the affirmation of progressive positions during a period dominated by conservative values. The study also aims to identify the social, political and cultural constraints that shaped her experience, while assessing the significance of her contribution within the broader evolution of women's rights in Portugal and Brazil.

Drawing on the concept of intersectionality, this study examines how different social categories influenced her experience as a woman, journalist and public figure. At the same time, it analyses the historical context in which she developed her activity, characterised by the struggle for women's suffrage, the political transformations that took place in Portugal and Brazil, and the limitations imposed on women's participation in the public sphere.

The analysis highlights the importance of Virgínia Quaresma as a journalist, activist and public figure. Her trajectory between Portugal and Brazil, combined with her advocacy for women's rights and her work in the press, enabled her to establish herself in a context where women's participation remained strongly constrained. In this sense, her life represents a significant example for understanding the challenges faced by women seeking visibility and recognition in societies marked by deep social and gender inequalities.

Keywords: Virgínia Quaresma; Transatlantic Activism; Intersectionality; Feminism; Women's Suffrage;

Índice

<i>Abstract</i>	<i>XI</i>
<i>Introdução</i>	<i>1</i>
<i>CAPÍTULO I: Interseccionalidade</i>	<i>3</i>
<i>Capítulo II: Evolução Histórica e o Contexto Comparado do Sufrágio</i>	<i>5</i>
2.2.1. O Estado Novo Português	11
2.2.2. O Estado Novo Brasileiro	12
2.3.1. A Conquista Formal do Voto: Cronologias Desencontradas	13
<i>Capítulo III: Apresentação e Trajetória Transnacional da Virgínia Quaresma</i>	<i>15</i>
3.1. Virgínia Quaresma (1882–1973): Biografia Cruzada e Ativismo.....	15
3.1.1. Origens e Perfil Progressista em Portugal	15
3.1.2. O Pioneirismo no Jornalismo de Investigação	16
3.1.3. A Militância Feminista e Transnacional	18
<i>CAPÍTULO IV: A Lógica da Interseccionalidade na Figura de Estudo: Uma Análise Comparativa</i>	<i>22</i>
4.1. A Sobreposição de Barreiras Identitárias nos Dois Contextos	22
4.1.1. O Eixo do Género: O Patriarcado em Lisboa e no Rio de Janeiro	22
4.1.2. O Eixo da Raça: O Estigma Racial no Pós-Abolição e na Metrópole	23
<i>Capítulo V: O Legado de Virgínia Quaresma</i>	<i>26</i>
5.1. O Legado e reconhecimento da Figura de Estudo.....	26
5.1.1. Institucionalização da Memória e Estudos Culturais	26
5.1.2. Toponímia Urbana e Memória Pública.....	27
<i>Conclusão</i>	<i>28</i>
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>30</i>

Lista de Siglas e Acrónimos

Introdução

A participação feminina na vida pública constituiu um dos principais obstáculos das sociedades portuguesa e brasileira entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Num contexto marcado por profundas desigualdades jurídicas, sociais e políticas, o acesso das mulheres à educação, às profissões intelectuais e aos espaços de decisão mantinha-se rigidamente condicionado por estruturas e valores de matriz patriarcal.

É neste enquadramento que se insere a trajetória de Virgínia Quaresma, uma das figuras pioneiras do jornalismo profissional em Portugal e uma voz ativa na defesa da emancipação feminina. Desenvolvendo a sua atividade entre Portugal e o Brasil, construiu um percurso singular que permite consolidar não apenas a condição das mulheres no período em análise, mas também as transformações sociais e políticas que marcaram ambos os países durante a primeira metade do século XX.

Neste âmbito, o principal objetivo deste trabalho consiste em analisar a trajetória biográfica, profissional e ativista de Virgínia Quaresma, procurando compreender de que forma a sua experiência transatlântica influenciou a sua intervenção pública e contribuiu para a afirmação de posições progressistas num período caracterizado pelo conservadorismo social e pela limitação dos direitos das mulheres. Pretende-se, igualmente, identificar as principais limitações sociais, políticas e culturais que marcaram o seu percurso, bem como avaliar a relevância do seu legado para a história do feminismo e do jornalismo nas duas margens do Atlântico.

Para responder às questões de investigação, recorre-se ao conceito de interseccionalidade, introduzido por Kimberlé Crenshaw em 1989, enquanto instrumento teórico de análise das diversas formas de desigualdade que condicionavam a experiência feminina. Esta perspetiva permite interpretar de que modo diferentes fatores, como o género, a raça, a classe social e o contexto político, se articulavam na produção de oportunidades e restrições, oferecendo uma visão mais ampla da realidade das mulheres em Portugal e no Brasil.

O projeto encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta o enquadramento teórico centrado no conceito de interseccionalidade. O segundo analisa a evolução histórica do sufrágio feminino em Portugal e no Brasil, abordando as limitações impostas ao envolvimento das mulheres, as lutas pela emancipação política feminina, as

transições de regime e o impacto dos Estados Novos. O terceiro capítulo centra-se no percurso pessoal e profissional de Virgínia Quaresma, analisando o seu papel de vanguarda no jornalismo de investigação, o seu ativismo feminista e a dimensão internacional da sua atuação. O quarto capítulo desenvolve um estudo comparativo sobre as assimetrias e discriminações presentes nos contextos português e brasileiro através de um olhar interseccional. Por fim, o quinto capítulo propõe uma reflexão sobre o legado deixado por Virgínia Quaresma, bem como sobre os mecanismos de consagração e salvaguarda da sua memória no espaço público contemporâneo.

Importa salientar que este projeto recorre a fontes secundárias, nomeadamente estudos académicos, trabalhos historiográficos e publicações dedicadas à vida e obra de Virgínia Quaresma, uma vez que não foi possível o acesso direto aos seus textos jornalísticos e restantes produções originais. Assim, a análise desenvolvida baseia-se nas investigações já realizadas sobre a figura de estudo, procurando sistematizar os principais contributos existentes e enquadrá-los no respetivo contexto histórico.

Por último, importa referir que a ferramenta de inteligência artificial Gemini foi utilizada na tradução do *abstract*.

CAPÍTULO I: Interseccionalidade

A análise das desigualdades sociais tem sido objeto de crescente atenção nas ciências sociais, particularmente no que respeita à compreensão das diversas estruturas que restringem o acesso dos indivíduos a direitos, oportunidades e formas de participação na sociedade. Neste contexto, a interseccionalidade afirmou-se como uma das abordagens teóricas mais relevantes para o estudo das relações de poder e das múltiplas formas de discriminação.

O presente capítulo tem como propósito apresentar o enquadramento teórico que sustenta o projeto, centrando-se na definição deste conceito, a sua evolução no âmbito das ciências sociais e os seus principais contributos para a análise das desigualdades sociais. Procura-se, assim, fundamentar o quadro concetual para descodificar as dinâmicas de exclusão e privilégio que estruturam este trabalho.

A interseccionalidade constitui uma das abordagens analíticas fundamentais das ciências sociais contemporâneas, permitindo compreender a forma como diferentes categorias sociais e identitárias interagem na produção de experiências de assimetrias e opressões. Contrariamente às perspetivas que analisam fatores como o género, a raça ou a classe social de forma isolada, esta visão defende que tais dimensões se encontram interligadas, influenciando, de forma simultânea, a posição dos indivíduos na sociedade.

Ancorado no campo de estudos críticos da raça e do feminismo, o conceito foi sistematizado em 1989 por Kimberlé Crenshaw jurista norte-americana. A autora procurou demonstrar que as dinâmicas de discriminação não podem ser compreendidas através de uma lógica unidimensional, uma vez que diferentes eixos de opressão tendem a cruzar-se e a reforçar-se mutuamente.

Neste sentido, uma mulher não vivencia o género da mesma forma que todas as outras mulheres, tal como um indivíduo não percebe a discriminação racial de forma idêntica à dos restantes membros do seu grupo. As vivências individuais são, assim, moldadas pela interação de múltiplos fatores sociais, económicos, culturais e políticos.

A analogia do cruzamento de estradas, frequentemente utilizada por Crenshaw, ilustra esta abordagem. Tal como vários caminhos se cruzam num mesmo ponto, também diferentes sistemas de desigualdade podem recair, ao mesmo tempo, sobre um indivíduo. Assim, a discriminação resultante da combinação de fatores como género, raça ou classe não corresponde à simples soma de diferentes formas de exclusão, traduzindo-se assim, na configuração de uma experiência única, que escapa à análise individual dessas categorias.

A interseccionalidade assenta, por isso, numa lógica multidimensional, reconhecendo que as identidades sociais não funcionam de forma independente nem podem ser “desligadas” consoante o contexto. Ao invés disso, constituem dimensões permanentes da experiência humana que se influenciam mutuamente e condicionam o acesso a recursos, oportunidades e formas de participação social. Da mesma forma esta formulação permite analisar as relações de poder presentes nas sociedades, evidenciando a forma como determinados grupos foram historicamente marginalizados ou excluídos dos espaços de representação política, económica e cultural. (Crenshaw, 1989).

No decurso deste trabalho, este conceito assume um papel crucial enquanto instrumento teórico para compreender a trajetória de Virgínia Quaresma. A sua experiência desenvolveu-se num contexto em que o género, a origem racial, a posição social, as normas culturais e os constrangimentos políticos condicionavam fortemente a participação feminina na esfera. A aplicação desta perspetiva possibilita assim identificar os obstáculos enfrentados pelas mulheres em Portugal e no Brasil, bem como compreender os mecanismos através dos quais algumas conseguiram confrontar as estruturas sociais vigentes e vincar a sua presença em espaços tradicionalmente reservados aos homens.

Capítulo II: Evolução Histórica e o Contexto Comparado do Sufrágio

A compreensão da trajetória de Virgínia Quaresma exige o enquadramento das realidades sociais e políticas que marcaram a condição feminina em Portugal e no Brasil durante os séculos XIX e XX. Neste sentido, o presente capítulo visa examinar a evolução histórica dos direitos das mulheres nos dois países, focando-se nas dinâmicas associadas ao sufrágio feminino e à sua inserção na esfera pública. A metodologia assenta na comparação do contexto sociopolítico pré voto, dos primeiros movimentos de reivindicação, do impacto dos regimes autoritários na condição das mulheres e, finalmente dos percursos que ditaram a formalização dos direitos políticos femininos nos dois contextos nacionais.

2.1. O Cenário Sociopolítico Pré-Conquista do Sufrágio: Portugal e Brasil em comparação

2.1.1. A Doutrina das "Esferas Separadas" e a "Morte Civil" Feminina

Antes da emergência dos movimentos sufragistas, a posição das mulheres em Portugal e no Brasil encontrava-se fortemente condicionada por um complexo de normas jurídicas, sociais e culturais que limitavam a sua autonomia e participação na vida pública. Em ambos os quadrantes, a organização social assentava na denominada doutrina das "esferas separadas", segundo a qual homens e mulheres ocupavam funções distintas e complementares na sociedade. Enquanto ao sexo masculino era reservado o domínio da esfera pública, associada à política, ao trabalho remunerado e à cidadania, às mulheres era atribuído o espaço privado do lar, considerado o local legítimo para o exercício da domesticidade, da conjugalidade e maternidade.

Esta divisão era reforçada por modelos educativos que orientavam as mulheres para a dependência económica e social relativamente à figura masculina. O acesso restrito à educação, bem como a reduzida presença feminina em profissões qualificadas,

contribuíam para a perpetuação da premissa de que as mulheres não possuíam as competências necessárias para intervir nos assuntos públicos ou exercer direitos políticos (Barbosa & Machado 2012).

A consolidação deste modelo encontrava igualmente expressão no plano jurídico.

Em Portugal, o Código Civil de Seabra, aprovado em 1867, atribuía ao marido a posição de chefe de família e, através de preceitos como o seu Artigo 1185.º, que estipulava o dever de obediência da mulher ao marido, restringia significativamente a autonomia da mulher casada em matérias patrimoniais, profissionais e familiares Portugal, 1867. Esta subordinação era reforçada pelo Artigo 1188.º, que conferia em exclusivo ao homem a administração de todos os bens do casal, bem como por preceitos que exigiam o consentimento expreso do marido para que a mulher pudesse exercer o comércio ou assumir obrigações financeiras.

De forma homóloga, o Código Civil brasileiro de 1916 consagrava a autoridade masculina no seio familiar, subordinando juridicamente a mulher ao poder marital ao classificá-la, no seu Artigo 6.º, como "relativamente incapaz", o que limitava severamente a sua capacidade de atuação independente Brasil, 1916. Sob a égide deste código, o Artigo 233.º definia o marido como o chefe da sociedade conjugal com o direito de fixar o domicílio da família, enquanto o Artigo 242.º interditava explicitamente à mulher a possibilidade de exercer uma profissão ou alienar imóveis sem a prévia autorização marital Brasil, 1916.

Embora apresentassem especificidades locais, ambos os ordenamentos jurídicos contribuíam para aquilo que parte da literatura designa como uma forma de "morte civil" feminina. A dependência legal da mulher casada impedia o exercício pleno da cidadania e reforçava a perceção de que o espaço político deveria permanecer reservado aos homens. Neste contexto, a reivindicação do sufrágio feminino ultrapassava a mera exigência de participação eleitoral, representando uma contestação mais ampla às estruturas jurídicas e sociais que sustentavam a desigualdade entre homens e mulheres.

2.1.2. As Mulheres na Transição de Regimes

As transições políticas operadas em Portugal e no Brasil no final do século XIX e início do século XX foram acompanhadas por uma retórica de modernização, progresso e renovação institucional. Contudo, apesar das transformações verificadas ao nível dos regimes políticos, a condição feminina permaneceu amplamente subordinada às estruturas sociais e culturais preexistentes, revelando os limites da inclusão das mulheres nos projetos de construção nacional. (Esteves, 2014, Limongi, & Oliveira & Schmitt, 2019)

Em Portugal, a implantação da República em 1910 gerou grandes expectativas de rutura entre os setores que defendiam a ampliação dos direitos civis e políticos. Sob a égide de ideais de liberdade, igualdade e cidadania, o novo regime procurou fraturar com o esqueleto dogmático da Monarquia Constitucional, empreendendo reformas de pendor progressista para a época. Entre estas destacaram-se a Lei do Divórcio e as Leis da Família de 1910, cujos propósitos assentavam na secularização da vida privada, na mitigação da influência eclesiástica e na introdução de alterações na condição jurídica das mulheres.

No entanto, os avanços registados no plano civil não foram acompanhados por uma efetiva inclusão política feminina. O Código Eleitoral de 1911 circunscreveu o direito de voto aos cidadãos maiores de idade que cumprissem estritos requisitos censitários e de literacia mantendo, na prática, a exclusão do sufrágio feminino da participação eleitoral. Desse modo, a Primeira República portuguesa revelou uma contradição entre o discurso universalista que proclamava e a manutenção de estruturas políticas assentes numa conceção predominantemente masculina da cidadania (Esteves, 2014).

No Brasil, a transição do Império para a República, em 1889, ocorreu num contexto distinto, mas produziu resultados semelhantes relativamente à marginalização feminina. A instauração da República Velha não se traduziu numa democratização efetiva da vida política, permanecendo o poder concentrado nas mãos de oligarquias agrárias e regionais. A Constituição de 1891 instituiu o sufrágio para os cidadãos alfabetizados, mas omitiu deliberadamente a participação das mulheres, perpetuando a sua exclusão da esfera política formal. (Westhrop, 2024)

Durante os debates da Assembleia Constituinte, os argumentos utilizados para rejeitar o sufrágio feminino espelhavam concepções profundamente enraizadas acerca do papel social das mulheres. A atividade política continuava a ser teorizada como uma prática incompatível com as funções familiares e domésticas que lhes eram tradicionalmente atribuídas, reforçando a separação entre o espaço público e o espaço doméstico (Westthrop,.2024)

Apesar das assimetrias históricas que individualizam os percursos políticos português e brasileiro, ambas as experiências nacionais demonstram que a mudança de regime não implicou, por si só, uma redefinição do estatuto político das mulheres. Em ambos os casos, os ideais republicanos coexistiram com a preservação de estruturas patriarcais que continuaram a limitar o acesso das mulheres aos direitos políticos, adiando a concretização das reivindicações sufragistas que ganhavam expressão em diversos setores da sociedade.

2.1.3. Os Primeiros Movimentos Organizados

A persistência da exclusão feminina da esfera política funcionou como catalisador para o surgimento dos primeiros movimentos organizados de defesa dos direitos das mulheres em Portugal e no Brasil. Embora inseridos em dinâmicas nacionais distintas, estes movimentos partilhavam o objetivo de ampliar o acesso feminino à instrução, ao mercado de trabalho qualificado e à representação política, desafiando las limitações impostas pelos modelos sociais dominantes.

Em Portugal, o associativismo feminino adquiriu maior visibilidade nas primeiras décadas do século XX, acompanhando a crescente mobilização republicana. Entre as organizações com maior relevância destacou-se a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, fundada em 1908 por figuras como Ana de Castro Osório. Esta associação procurava promover a instrução feminina, uma revisão das leis da família e a sensibilização da opinião pública para a necessidade de alargar os direitos das mulheres. A proximidade entre parte do movimento feminista e os ideais republicanos contribuiu para a expectativa de que a implantação da República pudesse representar uma oportunidade de progresso na condição feminina. (Esteves, 2014).

Foi sob esta atmosfera que ocorreu o caso de Carolina Beatriz Ângelo, frequentemente apontado como um grande marco na história do sufragismo português. Em 1911, aproveitando uma ambiguidade existente na legislação eleitoral, a médica conseguiu exercer o direito de voto ao demonstrar a sua qualidade de chefe de família. O alcance deste episódio ultrapassou o ato eleitoral em si, uma vez que evidenciou as contradições do novo regime relativamente à participação política das mulheres. A resposta das autoridades foi rápida, conduzindo à alteração da legislação eleitoral e à explicitação de que apenas os cidadãos do sexo masculino poderiam votar (Esteves, 2014).

No Brasil, o ativismo feminino adquiriu uma maior expressão organizada ao longo da década de 1920, acompanhando as transformações sociais e urbanas verificadas no país. A fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, sob a liderança de Bertha Lutz, representou um momento decisivo para o desenvolvimento do movimento sufragista brasileiro. Inspirada por experiências internacionais, a organização adotou uma estratégia assente na pressão institucional, na divulgação das suas reivindicações através da imprensa e na sensibilização da sociedade para a necessidade de reconhecer os direitos políticos das mulheres

Para além da defesa do sufrágio, a Federação procurou associar a participação política feminina a outras reivindicações, nomeadamente o acesso à educação superior, a valorização do trabalho feminino e a igualdade de direitos civis

Desta forma, a causa sufragista brasileira deixou de se limitar a iniciativas isoladas e passou a constituir um movimento organizado, capaz de influenciar o debate público e de pressionar os decisores políticos. (Limongi, & Oliveira & Schmitt, 2019).

Apesar das assimetrias no contexto e na organização, os movimentos feministas portugueses e brasileiros desempenharam um papel fundamental na contestação da exclusão política das mulheres. Ao colocarem em causa as conceções tradicionais de cidadania, criaram as bases para o alargamento progressivo dos direitos femininos. Todavia, a conquista formal do voto não ocorreu de imediato; o advento subsequente de regimes ditatoriais em ambos os países ergueu novos obstáculos autoritários que interromperam este percurso e adiaram, por várias décadas, a consagração da igualdade eleitoral.

2.2. O Recuo dos Direitos e as Ditaduras: O Estado Novo em Duas Versões

A evolução dos direitos das mulheres em Portugal e no Brasil não ocorreu de forma linear. Apesar dos avanços registados nas primeiras décadas do século XX, a consolidação de regimes autoritários em ambos os países introduziu novos obstáculos à participação feminina na vida pública. Embora o Estado Novo português e o Estado Novo brasileiro tenham surgido em contextos diferentes seguido trajetórias políticas próprias, ambos consolidaram modelos tradicionais de organização social e familiar, atribuindo às mulheres funções fortemente associadas à maternidade, à domesticidade e à preservação da ordem moral.

Neste contexto, os direitos das mulheres passaram a ser enquadrados pelos objetivos políticos e ideológicos dos respetivos regimes. Em Portugal, o Estado Novo liderado por António de Oliveira Salazar privilegiou uma visão conservadora da família e limitou significativamente a autonomia feminina através de mecanismos jurídicos e sociais. No Brasil, apesar da introdução de algumas medidas favoráveis à participação das mulheres no mercado de trabalho e do reconhecimento formal do sufrágio feminino, o regime de Getúlio Vargas subordinou estas conquistas à lógica de centralização política e de controlo social característica do período. (Lins, & Teixeira 2025)

2.2.1. O Estado Novo Português

A instauração do Estado Novo em Portugal, formalizada com a aprovação da Constituição de 1933, deu início a um regime autoritário assente em princípios conservadores, nacionalistas e corporativistas. Nesta estrutura política, a família era definida pelo Artigo 11º da referida Carta Constitucional como a "célula social invariável" e um dos pilares do Estado. Sob esta premissa, reservava-se às mulheres a responsabilidade exclusiva pela estabilidade do lar, pela maternidade e pela educação dos filhos.

Embora o regime proclamasse, no seu Artigo 5.º, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, essa mesma disposição constitucional abria uma exceção ao ressaltar as diferenças resultantes "da natureza" ou do "bem da família". Na prática, este preceito validava a subordinação feminina e justificava a manutenção das restrições impostas pelo Código Civil. A mulher casada continuava privada de autonomia plena, dependendo da autorização do marido para gerir o património comum, exercer profissões qualificadas ou determinar a morada comum. (Pimentel, 2014)

No domínio dos direitos políticos, a participação feminina enfrentou barreiras rigorosas através de uma arquitetura eleitoral assimétrica. O direito de voto havia sido concedido de forma restrita pelo Decreto n.º 19 694 de 1931, mas os critérios de acesso eram muito mais exigentes para o eleitorado feminino do que para o masculino. Enquanto aos homens bastava saber ler e escrever, às mulheres exigia-se um diploma de ensino secundário ou superior, ou o estatuto de chefia de família com obrigações fiscais próprias. Num país fustigado por taxas endémicas de analfabetismo, estas exigências elitistas limitavam substancialmente o universo prático de eleitoras. (Pimentel, 2014)

Paralelamente, o aparelho de propaganda oficial encarregou-se de idealizar a domesticidade como a autêntica vocação natural da mulher). A valorização sistemática da figura da mãe dedicada e da esposa submissa minorizava qualquer aspiração profissional ou cívica, remetendo a presença feminina na esfera pública para um plano marginal.

Deste modo, a concessão vigiada e restrita de alguns direitos políticos não se traduziu numa verdadeira igualdade de oportunidades. O Estado Novo português logrou consolidar uma mundividência profundamente tradicionalista, mantendo as mulheres

sujeitas a um complexo de constrangimentos legais, sociais e culturais que inviabilizavam o exercício pleno da sua cidadania.

2.2.2. O Estado Novo Brasileiro

A instauração do Estado Novo no Brasil, em 1937, sob a liderança de Getúlio Vargas, deu origem a um regime autoritário caracterizado pela centralização do poder político, pela limitação das liberdades civis e pela subordinação das instituições democráticas aos interesses do Estado. No entanto, ao contrário do caso português, o período foi marcado por uma relação mais ambígua com a questão dos direitos das mulheres, combinando avanços legislativos com mecanismos de controlo político e social.

Antes da consolidação da ditadura, o Código Eleitoral de 1932 foi reconhecido formalmente o direito de voto das mulheres, conquista posteriormente confirmada pela Constituição de 1934, que no seu Artigo 108.º estipulava que eram eleitores os cidadãos de ambos os sexos maiores de 21 anos, reforçando no Artigo 113.º, n.º 1, a igualdade de todos perante a lei sem distinção de sexo (Limongi, Oliveira, & Schmitt, 2019)

Todavia, a implementação do Estado Novo reduziu significativamente o alcance prático desta vitória. Com a outorga da Constituição de 1937, cujo Artigo 178.º determinou a dissolução do Congresso Nacional e a suspensão dos processos eleitorais, o exercício efetivo dos direitos políticos ficou condicionado pela própria inexistência de uma vida democrática regular, esvaziando parte do significado da conquista sufragista. (Lins & Teixeira 2025)

Paralelamente, o regime procurou integrar as mulheres no projeto de modernização económica e social do país. Neste contexto, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, introduziu medidas de proteção laboral que contemplavam especificamente as trabalhadoras, em alinhamento com o Artigo 137.º, alínea I, da Constituição de 1937, que proibia a diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de sexo. Entre estas destacavam-se disposições relacionadas com a licença-maternidade e a proteção da mulher no mercado de trabalho, refletindo uma preocupação

crescente com a regulamentação das relações laborais (Limongi,.,& Oliveira, ., & Schmitt, 2019)

Contudo, estas medidas não correspondiam necessariamente a uma política de emancipação feminina. Tal como em outros domínios da ação estatal, os direitos concedidos eram enquadrados pelos objetivos de fortalecimento do regime e de promoção da ordem social. A valorização da maternidade e da família continuou a ocupar um lugar central no discurso oficial, sendo frequentemente apresentada como a principal contribuição das mulheres para o desenvolvimento da nação, premissa que estava também espelhada no Artigo 124.º da mesma Carta de 1937, ao definir a família como a base da sociedade e a maternidade sob a proteção do Estado.

Deste modo, o Estado Novo brasileiro revelou uma natureza contraditória. Se, por um lado, reconheceu formalmente alguns direitos e promoveu determinadas garantias sociais, por outro, limitou a participação política autónoma e subordinou a condição feminina aos interesses do Estado. Assim, a ampliação de direitos coexistiu com a manutenção de estruturas de controlo que continuaram a condicionar a plena participação das mulheres na vida pública. (Lins & Teixeira, 2025)

2.3. O Contexto Pós-Conquista do Sufrágio

2.3.1. A Conquista Formal do Voto: Cronologias Desencontradas

Apesar de partilharem estruturas sociais marcadas pela exclusão política das mulheres, Portugal e Brasil seguiram percursos distintos no reconhecimento formal do sufrágio feminino

A evolução dos direitos políticos das mulheres nos dois países não ocorreu de forma simultânea, refletindo as especificidades dos respetivos contextos políticos e institucionais.

No caso brasileiro, a conquista do voto feminino ocorreu de forma relativamente vanguardista. Resultado da mobilização dos movimentos sufragistas e da crescente pressão exercida por organizações como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, o direito de voto foi introduzido através do Código Eleitoral de 1932 e posteriormente consagrado na Constituição de 1934 (Limongi, & Oliveira, & Schmitt, 2019). Esta conquista representou um marco importante na ampliação da cidadania feminina e colocou o Brasil entre os primeiros países da América Latina a reconhecer formalmente

os direitos políticos das mulheres. Contudo, a consolidação deste avanço enfrentou um obstáculo significativo com a instauração do Estado Novo em 1937. A suspensão da atividade democrática e o encerramento dos processos eleitorais limitaram o exercício efetivo do sufrágio, demonstrando que a consagração legal do voto nem sempre corresponde à sua aplicação prática. (Lins, & Teixeira 2025)

Em Portugal, o processo de emancipação política foi substancialmente mais lento e demorado. Apesar do ativismo precursor das sufragistas nas primeiras décadas do século XX e das concessões vigiadas do Estado Novo, a participação eleitoral das mulheres permaneceu sob estritas restrições legais durante quase meio século. Apenas a Revolução de 25 de Abril de 1974 operou como uma verdadeira rutura este século. O modelo autoritário anterior. O fim da ditadura permitiu dismantelar os mecanismos jurídicos discriminatórios e instituiu, pela primeira vez na história do país, o sufrágio universal, direto e secreto.

Esta transformação radical foi juridicamente consagrada pela Constituição da República Portuguesa de 1976, que estabeleceu as bases da nova ordem democrática. Através do seu Artigo 13.º, que instituiu o Princípio da Igualdade, determinou-se expressamente que nenhum cidadão pode ser privado de qualquer direito em razão do sexo, eliminando em definitivo a premissa de exclusão baseada na "natureza feminina" que estava em vigor no texto de 1933. Adicionalmente, o Artigo 48.º garantiu a todos os cidadãos o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país. Neste sentido, a plena concretização dos direitos políticos femininos em Portugal não resultou de uma concessão gradual do regime anterior, mas sim de um feito indissociável do próprio processo de democratização instaurado pela Revolução dos Cravos. (Barbosa,& Machado., 2012).

A comparação entre os dois casos evidencia aquilo que se pode designar por cronologias desencontradas. Enquanto o Brasil reconheceu formalmente o sufrágio feminino ainda na década de 1930, a sua aplicação foi condicionada pelo contexto autoritário que se seguiu. Por sua vez, Portugal apenas alcançou a plena igualdade eleitoral várias décadas mais tarde, mas fê-lo no quadro de uma transição democrática que garantiu o exercício efetivo dos direitos políticos. Assim, os percursos dos dois países demonstram que a conquista formal do voto e a consolidação da cidadania política nem sempre constituem processos coincidentes.

Capítulo III: Apresentação e Trajetória Transnacional da Virgínia Quaresma

A análise do contexto histórico e sociopolítico desenvolvida no capítulo anterior permite compreender as estruturas sociais, políticas e culturais que condicionavam a participação das mulheres na esfera pública e política em Portugal e no Brasil. É neste enquadramento que se insere a trajetória de Virgínia Quaresma, cuja atividade profissional, intelectual e ativista se desenvolveu num período marcado por profundas transformações políticas e sociais.

O presente capítulo tem como objetivo analisar o percurso biográfico e profissional de Virgínia Quaresma, destacando os principais elementos que contribuíram para afirmação enquanto jornalista, feminista e figura pública. Para tal, examinam-se as suas origens, o percurso académico, o pioneirismo no jornalismo de investigação, a intervenção em defesa dos direitos das mulheres e a dimensão transnacional da sua atuação entre Portugal e Brasil. Pretende-se, assim, perceber de que forma a sua experiência pessoal e profissional contribuiu para a construção de um percurso singular no espaço luso-brasileiro da primeira metade do século XX.

3.1. Virgínia Quaresma (1882–1973): Biografia Cruzada e Ativismo

3.1.1. Origens e Perfil Progressista em Portugal

Virgínia Sofia Guerra Quaresma nasceu a 28 de dezembro de 1882, no Alentejo, numa sociedade bastante marcada por desigualdades de género, classe e raça. Filha de Júlio César Rodrigues Quaresma, oficial do exército português que viria a alcançar o posto de general, e de Ana da Conceição Guerra, trabalhadora doméstica descendente de escravos africanos, cresceu num contexto social que refletia algumas das principais clivagens da sociedade portuguesa de finais do século XIX. (Esteves, 2022).

A sua ascendência africana e a condição de mulher colocavam-na numa posição vulnerável perante os preconceitos e hierarquias sociais da época. Apesar destes constrangimentos, destacou-se desde cedo pelo investimento na educação, integrando um grupo ainda muito reduzido de mulheres que conseguiram aceder ao ensino superior.

Em 1906 concluiu o Curso Superior de Letras, tornando-se uma das primeiras mulheres portuguesas a obter formação superior numa área tradicionalmente reservada aos homens. (Esteves, 2022).

Numa sociedade em que o acesso feminino à educação continuava a ser limitado e frequentemente subjugado à preparação para a vida doméstica, a obtenção deste grau académico representou uma conquista de especial significado. Mais do que um percurso individual de sucesso, a sua formação simbolizava a crescente contestação das barreiras que limitavam a participação das mulheres nos espaços de produção de conhecimento e de intervenção pública.

Simultaneamente, Virgínia Quaresma desenvolveu uma visão crítica relativamente às normas sociais vigentes, assumindo posições progressistas sobre o papel das mulheres na sociedade e defendendo uma maior participação feminina na vida pública. Esta postura manifestou-se através da sua atividade intelectual e profissional, distinguindo-se pela defesa da educação feminina, da emancipação das mulheres e de uma maior igualdade de oportunidades num contexto ainda fortemente marcado por valores conservadores. (Esteves 2022, Seixas 2010.)

Deste modo, as origens familiares, a formação académica e a afirmação de um pensamento crítico contribuíram para moldar uma personalidade que viria ter um destaque no panorama intelectual e jornalístico português, abrindo caminho para uma intervenção pública inovadora numa época em que a presença feminina nos espaços de influência e decisão permanecia limitada.

3.1.2. O Pioneirismo no Jornalismo de Investigação

A sua afirmação no panorama jornalístico português constituiu um acontecimento particularmente relevante num período em que a profissão era dominada por homens e a presença feminina na imprensa encontrava-se frequentemente limitada a publicações destinadas ao público feminino ou a conteúdos considerados compatíveis com os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres (Seixas, 2010.; Esteves, 2022). Neste contexto, a sua entrada no jornalismo representou uma rutura com os padrões estabelecidos e contribuiu para alargar o espaço de intervenção das mulheres nos meios de comunicação social.

Ao longo da sua carreira, destacou-se pela adoção de práticas inovadoras para a época, privilegiando uma abordagem próxima do terreno e dos acontecimentos. Distanciando-se da crónica social e da escrita maioritariamente opinativa que caracterizava grande parte da produção jornalística feminina da época desenvolveu um trabalho assente na observação direta dos factos e na investigação de problemáticas sociais frequentemente ignoradas pela imprensa tradicional. (Seixas 2010).

Entre os temas abordados encontravam-se questões relacionadas com a criminalidade, a pobreza, a marginalização social e outros fenómenos que afetavam os setores mais vulneráveis da população. A atenção concedida a estas realidades permitiu desenvolver uma forma de jornalismo marcada por uma forte preocupação social, contribuindo para a visibilidade de problemas frequentemente afastados do debate público. (Guimarães, 2024)

Um dos exemplos mais significativos desta abordagem foi a cobertura da tragédia de Niterói, publicada em 1912 sob o título *O Inferno do Ciúme*. Nesta reportagem, Virgínia Quaresma investigou o homicídio de Anita Levy, assassinada pelo marido num crime motivado pelo ciúme e que teve grande repercussão pública. Longe de se limitar à descrição dos acontecimentos, a jornalista procurou compreender e expor as circunstâncias sociais e judiciais que envolviam o caso, denunciando a normalização da violência contra as mulheres e questionando as justificações frequentemente apresentadas para este tipo de crimes. Através deste trabalho, Virgínia Quaresma demonstrou a capacidade de articular a investigação jornalística com uma análise crítica da realidade social, evidenciando características que viriam a aproximar a sua produção daquilo que hoje é reconhecido como jornalismo de investigação (Cruz & Castro, 2021).

Paralelamente, colaborou com alguns dos mais importantes jornais da época, entre os quais *O Século* e *A Capital*, consolidando uma carreira que ultrapassou os limites tradicionalmente impostos às mulheres jornalistas. A diversidade temática dos seus artigos e reportagens permitiu-lhe abordar não apenas questões sociais, mas também temas políticos e económicos, reforçando a sua credibilidade enquanto profissional da imprensa. (Seixas, 2010 Esteves, 2022)

3.1.3. A Militância Feminista e Transnacional

A sua atividade não ficou limitada ao exercício da profissão jornalística. Ao longo da sua trajetória, a escrita constituiu igualmente um instrumento de intervenção cívica e de contestação social, através do qual procurou questionar as desigualdades que condicionavam a participação feminina na vida pública (Seixas 2010, Esteves 2022) A sua produção intelectual refletia uma visão crítica da sociedade do seu tempo, assumindo-se como uma voz ativa na defesa da emancipação feminina e da ampliação dos direitos das mulheres. (Cruz & Castro 2021) Esta preocupação tornou-se visível em diversos artigos publicados na imprensa da época, nos quais abordou temas relacionados com a condição feminina, a educação das mulheres e a necessidade de uma maior participação feminina nos espaços de decisão. Entre os textos mais representativos destacam-se *Feminismo: Feminismo e Feministas*, publicado em *Alma Feminina* em 1907, e *Um Discurso Feminista*, publicado no *Jornal da Mulher* em 1906)

Através destas intervenções, Virgínia procurou dar o contributo para o debate público sobre o papel das mulheres na sociedade, questionando conceções tradicionais que restringiam a sua autonomia e participação cívica. (Lousada, 2022) Paralelamente, a sua intervenção estendeu-se à crítica das dinâmicas políticas e sociais do período. Textos como *A Atual Situação Política* e *A Ingratidão dos que Mandam em Portugal*, publicados em *A Época* em 1912, revelam uma postura particularmente crítica perante as estruturas de poder e os desafios enfrentados pela sociedade portuguesa. (Esteves, 2022).

A combinação entre reflexão política, crítica social e defesa dos direitos das mulheres contribuiu para consolidar a sua imagem como uma intelectual empenhada na transformação da realidade que a rodeava. (Seixas, 2010).

A dimensão transnacional da sua atuação constituiu outro elemento distintivo do seu percurso. A circulação entre Portugal e Brasil permitiu-lhe contactar com diferentes realidades políticas, sociais e culturais, ampliando o alcance da sua intervenção e proporcionando o contacto com debates que ultrapassavam o contexto nacional português. Esta experiência favoreceu a circulação de ideias e contribuiu para a

construção de uma perspectiva mais ampla sobre as questões relacionadas com a cidadania, os direitos das mulheres e a modernização das sociedades. (Lousada, 2022).

Deste modo, a militância de Virgínia Quaresma desenvolveu-se para além das fronteiras nacionais, articulando a atividade jornalística com a defesa de causas sociais e políticas. A sua intervenção pública constituiu uma forma de resistência às limitações impostas às mulheres do seu tempo, contribuindo para a difusão de ideias progressistas e para a afirmação de novos espaços de participação feminina no contexto luso-brasileiro. (Esteves 2022)

3.2. A Vivência Transnacional: O Espelho Brasil-Portugal

3.2.1. A Partida e o Percurso no Brasil: Porquê o Brasil?

A deslocação de Virgínia Quaresma para o Brasil constituiu um dos momentos mais marcantes da sua trajetória profissional e pessoal. A escolha do Rio de Janeiro não foi casual, resultando da conjugação de fatores económicos, profissionais e políticos que tornavam o contexto brasileiro particularmente atrativo para o desenvolvimento da sua carreira. (Cruz & Castro 2021 Esteves 2022) Numa época em que o mercado jornalístico português apresentava limitações significativas, sobretudo para uma mulher que procurava afirmar-se numa profissão maioritariamente masculina, o Brasil oferecia condições mais amplas de projeção e reconhecimento profissional. (Seixas 2010).

A crescente dinâmica da imprensa brasileira, associada à expansão urbana e ao aumento do interesse público por temas políticos, sociais e criminais, criou condições favoráveis para o desenvolvimento da sua atividade jornalística¹. (Guimarães, 2024)

Neste contexto, Virgínia encontrou um espaço que lhe permitiu ampliar o alcance do seu trabalho e consolidar a reputação construída em Portugal. (Cruz, & Castro 2021)

A sua integração na imprensa brasileira revelou-se particularmente bem-sucedida. Através da cobertura de acontecimentos de grande projeção mediática, destacou-se pela

¹ [Virgínia Quaresma, a primeira repórter portuguesa | Europeana](#)

capacidade de investigação e pela proximidade aos factos, características que já haviam marcado o seu percurso anterior (Seixas 2010).

Entre os casos que contribuíram para aumentar a sua notoriedade encontra-se a cobertura do denominado “Crime da Mala”, um dos episódios criminais mais mediáticos da época, relativo a um homicídio particularmente chocante em que a vítima foi encontrada no interior de uma mala. Este caso suscitou grande atenção pública e intensa cobertura jornalística, tanto pela brutalidade dos acontecimentos como pelo mistério em torno das circunstâncias do crime.

Virgínia Quaresma acompanhou o caso de forma detalhada, recorrendo à investigação no terreno e à recolha de testemunhos, o que lhe permitiu construir uma narrativa jornalística rigorosa e crítica. A forte repercussão do caso e a forma como foi tratado pela jornalista contribuíram decisivamente para reforçar a sua visibilidade e credibilidade junto do público brasileiro, consolidando o seu estatuto enquanto repórter de referência (Cruz & Castro, 2021).

A presença de uma mulher a desempenhar funções tradicionalmente associadas ao jornalismo de investigação e à cobertura criminal constituiu, por si só, um elemento de novidade num contexto ainda fortemente marcado por concepções conservadoras acerca do papel feminino. A sua atuação contribuiu para desafiar estereótipos de género e para demonstrar que as mulheres podiam ocupar espaços de intervenção profissional anteriormente reservados aos homens. (Lousada, 2022). Neste sentido, a experiência brasileira representou muito mais do que uma simples mudança geográfica. Para Virgínia, o Brasil constituiu um espaço de afirmação profissional, de expansão da sua influência intelectual e de contacto com novas realidades sociais e políticas, desempenhando um papel fundamental na construção da dimensão transnacional que viria a caracterizar o seu percurso. (Cruz & Castro, 2021 Esteves 2022)

3.2.2. O Regresso a Portugal e o Vaivém Atlântico

O regresso de Virgínia Quaresma a Portugal não representou uma transgressão com a experiência adquirida no Brasil, mas antes o início de uma trajetória marcada pela circulação contínua entre os dois lados do Atlântico. Após consolidar a sua posição na imprensa brasileira, manteve uma ligação próxima tanto ao contexto português como ao

brasileiro, desenvolvendo uma carreira que ultrapassava as fronteiras nacionais. (Cruz, , & Castro, 2021 Esteves, 2022)

Esta mobilidade permitiu-lhe acompanhar diferentes realidades políticas, sociais e culturais, enriquecendo a sua perspetiva sobre temas como a condição feminina, a cidadania e o papel da imprensa na transformação social (Barbosa & Machado, 2012 Guimarães, 2024)

O contacto com contextos distintos contribuiu para o aprofundamento do seu pensamento crítico e para o desenvolvimento de uma visão mais abrangente sobre os desafios enfrentados pelas mulheres nas sociedades portuguesa e brasileira.

Paralelamente, a manutenção de ligações profissionais em ambos os países favoreceu a circulação de ideias, debates e referências intelectuais entre os dois espaços lusófonos. A sua atividade jornalística passou, assim, a assumir uma dimensão verdadeiramente transnacional, funcionando como uma ponte entre diferentes experiências e sensibilidades políticas existentes em Portugal e no Brasil. (Cruz & Castro 2021)

A experiência brasileira deixou igualmente marcas na sua produção intelectual e jornalística. O contacto com uma realidade social distinta, bem como a projeção alcançada na imprensa carioca, contribuíram para consolidar uma escrita mais madura e uma intervenção pública cada vez mais atenta às questões sociais e políticas do seu tempo. Esta evolução permitiu-lhe reforçar a sua posição enquanto jornalista e intelectual comprometida com a defesa de valores progressistas e com a ampliação dos espaços de participação feminina. (Seixas, 2010 Esteves, 2022)

Deste modo, o percurso de Virgínia Quaresma caracterizou-se por um permanente "vaivém" atlântico que ultrapassou a simples mobilidade geográfica. A circulação entre Portugal e Brasil constituiu um elemento estruturante da sua trajetória, contribuindo para a construção de uma identidade profissional e intelectual marcada pelo diálogo entre contextos distintos e pela capacidade de intervir num espaço público que se estendia para além das fronteiras nacionais. (Cruz & Castro, 2021, Lousada 2022)

CAPÍTULO IV: A Lógica da Interseccionalidade na Figura de Estudo: Uma Análise Comparativa

Conforme analisado no Capítulo I, a interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica que permite perceber a forma como diferentes categorias sociais articulam-se na produção de experiências de desigualdade e exclusão. Partindo deste enquadramento teórico, o presente capítulo procura aplicar este conceito ao caso de Virgínia Quaresma, analisando de que modo diferentes fatores identitários influenciaram o seu percurso pessoal e profissional.

Para tal, será dada particular atenção aos eixos do género e da raça, procurando compreender de que forma estes condicionaram a sua inserção nos espaços académico, jornalístico e público em Portugal e no Brasil. Através desta abordagem, pretende-se identificar as principais barreiras enfrentadas pela jornalista e compreender como a sua trajetória constituiu uma forma de resistência às estruturas sociais dominantes da época.

4.1. A Sobreposição de Barreiras Identitárias nos Dois Contextos

4.1.1. O Eixo do Género: O Patriarcado em Lisboa e no Rio de Janeiro

A análise da trajetória de Virgínia Quaresma através do eixo do género permite compreender os obstáculos que enfrentou num contexto em que a participação das mulheres na esfera pública permanecia fortemente condicionada por estruturas patriarcais (Crenshaw 1989). Conforme exposto no Capítulo II, tanto em ambos os lados do atlântico persistiam concepções sociais que associavam as mulheres ao espaço doméstico, limitando o seu acesso à educação, à vida profissional e à participação política.

Neste contexto, o percurso de Virgínia Quaresma assumiu um carácter particularmente inovador. A sua presença no ensino superior e, posteriormente, no jornalismo profissional representava uma rutura com as expectativas sociais dominantes, que continuavam a reservar estes espaços sobretudo aos homens. A sua entrada numa profissão maioritariamente masculina constituiu, por si só, um desafio às normas de género vigentes e às concepções tradicionais sobre o papel feminino na sociedade.

As dificuldades encontradas não resultavam apenas da ocupação de um espaço profissional pouco acessível às mulheres, mas também da natureza da atividade que desenvolvia. Ao dedicar-se ao jornalismo de investigação, à reportagem de terreno e à cobertura de temas políticos e sociais, Virgínia Quaresma afastava-se dos domínios habitualmente associados à escrita feminina da época.

A sua presença em redações, espaços públicos e ambientes tradicionalmente masculinos representava uma transgressão das fronteiras estabelecidas entre o universo masculino e o universo feminino.

Embora Portugal e Brasil apresentassem realidades políticas distintas, as barreiras de género manifestavam-se de forma semelhante nos dois contextos.

Em ambos os países, a afirmação de uma mulher como jornalista, intelectual e figura pública implicava a contestação de modelos sociais que procuravam limitar a participação feminina aos espaços privados e familiares. Deste modo, o seu percurso pode ser interpretado como uma forma de resistência às estruturas patriarcais que condicionavam a autonomia e a visibilidade das mulheres nas primeiras décadas do século XX.

Assim, mais do que o simples exercício de uma profissão, a sua trajetória representou a ocupação de espaços historicamente vedados às mulheres. O seu pioneirismo adquiriu, por isso, um significado que ultrapassou a dimensão individual, constituindo um desafio às relações de poder que sustentavam a exclusão feminina da esfera pública em ambos os lados do Atlântico.

4.1.2. O Eixo da Raça: O Estigma Racial no Pós-Abolição e na Metrópole

Para além das barreiras associadas ao género, a trajetória de Virgínia foi igualmente marcada pela sua ascendência africana, elemento que assume particular relevância quando analisado através da perspetiva interseccional.

Conforme referido anteriormente, a interseccionalidade permite compreender que as diferentes formas de discriminação não atuam de forma isolada, mas antes de forma

articulada, produzindo experiências específicas de exclusão e desigualdade ou inclusão e igualdade. (Crenshaw, 1989)

Neste sentido, a condição de mulher e a ascendência africana colocavam Virgínia numa posição particularmente vulnerável perante os preconceitos existentes nas sociedades portuguesa e brasileira do início do século XX (Esteves, 2022, Seixas, 2010). A sua presença em espaços tradicionalmente reservados às elites masculinas e brancas representava um desafio às hierarquias sociais da época, obrigando-a a afirmar constantemente a sua legitimidade intelectual e profissional.

No contexto português, estas dinâmicas desenvolviam-se numa sociedade que continuava profundamente marcada pela lógica colonial e por conceções hierarquizadas da diferença racial.

Apesar da ausência de mecanismos formais de segregação comparáveis aos existentes noutros contextos, persistiam representações sociais e culturais que associavam a ascendência africana a posições de menor prestígio social, condicionando o reconhecimento público de indivíduos pertencentes a grupos racializados.

Por sua vez, no Brasil, a experiência desenvolvia-se num período posterior à abolição da escravatura, mas ainda fortemente marcado pelas consequências das desigualdades raciais herdadas do sistema de escravatura (Guimarães, 2024)

Apesar da crescente difusão do discurso da chamada “democracia racial”, a realidade social continuava a revelar profundas assimetrias no acesso à educação, ao emprego qualificado e aos espaços de influência política e cultural (Limongi et al., 2019). Neste contexto, a ascensão de uma mulher negra ao jornalismo e à vida intelectual constituía igualmente uma realidade pouco comum e socialmente desafiante. (Cruz & Castro 2021)

A comparação entre os dois contextos demonstra que as manifestações do racismo assumiam formas distintas, mas produziam efeitos similares ao nível das oportunidades disponíveis e do reconhecimento social. A necessidade de superar simultaneamente preconceitos de género e de raça contribuiu para tornar o seu percurso particularmente singular, evidenciando a complexidade dos desafios que enfrentou ao longo da sua vida.

Deste modo, a análise do eixo racial permite compreender que o seu percurso não pode ser explicado exclusivamente através da condição feminina. A combinação entre género e raça produziu constrangimentos específicos que influenciaram a forma como foi entendida e recebida nos diferentes espaços em que desenvolveu a sua atividade, reforçando a pertinência da perspetiva interseccional para a compreensão da sua trajetória.

Capítulo V: O Legado de Virgínia Quaresma

A relevância de Virgínia Quaresma não se limita ao período histórico em que desenvolveu a sua atividade. O seu contributo para o jornalismo, para a afirmação das mulheres na esfera pública e para a circulação transatlântica de ideias permitiu que a sua memória fosse progressivamente recuperada e valorizada nas décadas seguintes.

Neste sentido, o presente capítulo analisa as principais formas de reconhecimento do seu legado, incidindo sobre a sua institucionalização no meio académico e cultural, bem como sobre a sua presença na memória pública contemporânea.

5.1. O Legado e reconhecimento da Figura de Estudo

5.1.1. Institucionalização da Memória e Estudos Culturais

O reconhecimento atual de Virgínia Quaresma reflete a crescente valorização do seu contributo para a história do jornalismo, do feminismo e da participação das mulheres na esfera pública.

Durante grande parte do século XX, a sua trajetória permaneceu relativamente ausente das narrativas dominantes, mas o interesse académico desenvolvido nas últimas décadas contribuiu para a recuperação da sua memória e para a reavaliação da importância do seu percurso (Esteves, 2022; Seixas, 2010.)

Este processo de valorização tornou-se particularmente visível através da criação do Prémio Internacional em Estudos Culturais “Virgínia Quaresma”, promovido pela Universidade de Aveiro e pela Rede Internacional em Estudos Culturais. A atribuição do seu nome a esta distinção académica constitui uma forma de reconhecimento institucional do impacto da sua trajetória, associando a sua memória à investigação em áreas como género, cultura, identidade, sexualidade e relações de poder.

Para além da homenagem individual, esta iniciativa contribui para a preservação e difusão do legado de Virgínia Quaresma junto de novas gerações de investigadores. Simultaneamente, reforça a dimensão transnacional da sua memória, promovendo o diálogo da academia entre diversos espaços do mundo lusófono e valorizando temas que marcaram a sua intervenção pública. (Cruz & Castro 2021)

Deste modo, a institucionalização da sua memória demonstra como uma figura inicialmente marginalizada pelos constrangimentos sociais do seu tempo passou a ocupar um lugar de destaque nos estudos culturais e na reflexão académica contemporânea. (Esteves 2022).

5.1.2. Toponímia Urbana e Memória Pública

Para além do reconhecimento académico, a memória de Virgínia Quaresma encontra-se igualmente presente no espaço público através de diferentes formas de homenagem simbólica. Entre estas destaca-se a atribuição do seu nome a uma rua na zona de Cacelas, em Lisboa, contribuindo para a sua integração na memória coletiva da cidade².

A presença do seu nome na toponímia urbana assume um significado que ultrapassa a simples identificação de um espaço físico. Trata-se de um mecanismo de valorização histórica que permite dar visibilidade a personalidades cuja ação contribuiu para a transformação da sociedade. Neste caso, a homenagem adquire particular relevância quando há a consideração que Virgínia Quaresma desenvolveu a sua atividade num contexto em que as mulheres enfrentavam significativas limitações no acesso aos espaços de reconhecimento público. (Esteves 2022).

Ao ser inscrita no espaço urbano, a sua trajetória deixa de estar circunscrita aos estudos académicos ou à história do jornalismo, passando a integrar a memória pública e o património da cidade. Esta forma de reconhecimento contribui para a preservação do seu legado e para a divulgação do seu contributo junto de públicos mais diversos. (Seixas, 2010).

Assim, tanto a valorização académica como a presença na toponímia demonstram que o legado de Virgínia Quaresma continua a ser reconhecido na atualidade. O seu percurso permanece associado à defesa da participação feminina na esfera pública, ao pioneirismo jornalístico e à afirmação de valores progressistas que continuam a suscitar interesse e reflexão no contexto contemporâneo.

²: [Virgínia Quaresma, a primeira repórter portuguesa | Europeana](#)

Conclusão

Em síntese, este projeto final teve como propósito analisar de forma articulada a trajetória biográfica, profissional e política de Virgínia Quaresma, inserindo-a num contexto mais amplo de transformações sociais ocorridas em Portugal e no Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Partindo de um enquadramento teórico centrado no conceito da interseccionalidade sistematizado por Kimberlé Crenshaw, foi possível compreender como diferentes dimensões como o género, e o contexto político condicionaram o acesso da figura de estudo aos espaços públicos e às profissões intelectuais.

Neste sentido, o estudo evidenciou não apenas as estruturas de desigualdade que marcaram o período, mas também as formas de resistência e intervenção desenvolvidas por mulheres que desafiaram essas limitações e abriram novos caminhos de participação cívica.

A análise do percurso de Virgínia Quaresma destacou o seu papel pioneiro no jornalismo de investigação e a relevância da sua atuação entre Portugal e Brasil, revelando a dimensão transatlântica do seu pensamento e da sua prática profissional e política.

Assim, o trabalho contribui para uma leitura mais complexa da história do feminismo e do jornalismo nos dois países, sublinhando a importância de trajetórias individuais na compreensão de processos históricos mais amplos e estruturais.

Do ponto de vista da inovação, este projeto destaca-se por conjugar uma abordagem biográfica com uma perspetiva comparativa e interseccional, cruzando história do jornalismo, história das mulheres e análise sociopolítica num mesmo enquadramento. Esta articulação permite não só aprofundar o estudo de uma figura ainda relativamente pouco explorada em certos contextos académicos, como também propor novas formas de interpretação da sua ação pública, valorizando a circulação de ideias e práticas entre o espaço luso-brasileiro.

Como hipótese de investigação futura, seria pertinente alargar este estudo a outras figuras femininas contemporâneas de Virgínia Quaresma, de forma a construir uma rede de comparação de ativismo feminino transatlântico. Poder-se-ia ainda aprofundar a análise de fontes arquivísticas no Brasil, bem como explorar hemerotecas digitais e imprensa da época através de metodologias das humanidades digitais. Estas linhas de continuidade permitiriam aprofundar a compreensão das dinâmicas de circulação de discursos

feministas e jornalísticos no espaço Portugal-Brasil ampliando o alcance interpretativo deste trabalho.

Referências Bibliográficas

Barbosa, E. M., & Machado, C. J. dos S. (2012). Gênese do direito do voto feminino no Brasil: Uma análise jurídica, política e educacional. *Revista HISTEDBR On-line*, 12(45), 89–100. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640138>

Carapinha, A. B. (2025, setembro 5). Feminismo e o papel da mulher na sociedade do Estado Novo. *Revista Minerva*. <https://revistaminerva.pt/feminismo-e-o-papel-da-mulher-na-sociedade-do-estado-novo/>

Código Civil Brasileiro (1916). *Planalto – Casa Civil da Presidência da República*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm

Código Civil Português (1867). *Biblioteca Digital do Cávado*. <https://hdl.handle.net/20.500.12940/11124>

Constituição da República Portuguesa (1976). *Diário da República*. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/PAGINAS/CONSTITUICAOREPUBLICAPORTUGUESA.ASPX>

Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139–167. <https://ideas.wharton.upenn.edu/wp-content/uploads/2018/07/Crenshaw-1989.pdf~>

Cruz, E. da, & Castro, A. A. M. de. (2021). O primeiro “repórter” feminino do Rio de Janeiro: Virgínia Quaresma no Brasil. *Convergência Lusíada*, 32(46), 6–40. <https://doi.org/10.37508/rcl.2021.n46a466>

Esteves, J. (2014). Da esperança à decepção: A ilusão do sufrágio feminino na revolução republicana portuguesa de 1910. *Historia Constitucional*, (15). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=259031826016>

Esteves, J. (2022). Virgínia Quaresma (1882–1973). *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, 47, 37–52. <https://doi.org/10.34619/oizz-ubho>

Guimarães, M. E. R. (2024). *Trajetória de mulheres negras no jornalismo brasileiro* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro). Pantheon – UFRJ. <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/27232/1/MERGuimaraes.pdf> 6-15

Lins, W. R., & Teixeira, M. F. F. M. (2025). O arquétipo da nova mulher no Estado Novo português e brasileiro. *Revista de Letras UTAD*, 2(1). <https://doi.org/10.58155/revistadeletras.v2i1.572>

Limongi, F., Oliveira, J. de S., & Schmitt, S. T. (2019). Sufrágio universal, mas... só para homens: O voto feminino no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 27(70). <https://doi.org/10.1590/1678-987319277003>

Lousada, I. (2022). Virgínia Quaresma nos trilhos da violência contra as mulheres. *Convergência Lusíada*, 33(47). <https://doi.org/10.37508/rcl.2022.n47a485>

Machado, C. J. dos S., & Lacet, J. A. L. (2022). Feminismo e republicanismo na imprensa de Portugal: Incursão investigativa no jornal *A Capital* (1910). *Ex Aequo*, (46), 155–169. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.46.10>

Murphy, A. (2022, December 9). Virgínia Quaresma, a primeira repórter portuguesa. *Europeana*. <https://www.europeana.eu/pt/stories/virginia-quaresma-portugals-first-female-reporter>

Pimentel, I., & Tamzali, W. (2014). As mulheres na história e nas histórias. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, (32). https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852014000200010

Prémio Internacional em Estudos Culturais – Virgínia Quaresma. (s.d.). Virgínia Quaresma. <https://virginiaquaresma.com/>

Seixas, M. A. A. (2010). Uma mulher singular: jornalista e feminista. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, 23. <https://doi.org/10.34619/9a8x-b4lf>

Westthrop, A. J. (2024). Narrativas conservadoras sobre o sufrágio feminino no Brasil entre 1933 e 1937: Nuances sobre a ideia de conquista da emancipação pelo direito ao voto. *Mediações*, 29(2), 1–17. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n2e49137>